

Coimbrinhas e Coimbraões

Conversas na Quinta das Lágrimas

José Joaquim Gomes Canotilho

Quinta das Lágrimas

24 de Abril de 2008

“Coimbrinhas” e Coimbra

Entre a civitas permista

E a civitas peregrina

Tópicos para uma intervenção

Nas conversas da Quinta das Lágrimas

Às Quintas-feiras

24 de Abril 2008

§§ 1º

“Coimbrinhas” e “Coimbrões”

O título desta minha fala é, como facilmente se intui, deliberadamente provocador. Pelo menos, sibilino e intrigante. Por uma questão de clareza, avancemos já com a desambiguação dos termos. “Coimbrinhas” são aqueles que nasceram e vivem em Coimbra. Mesmo quando aqui não residem, vivem os problemas de Coimbra. Amam Coimbra. Numa linguagem pedida às fontes medievais, dir-se-ia que transportam desde o primeiro vagido até ao último suspiro um incondicionado *amore patria*, ou seja, *amore Coimbra*. Amam tanto a sua cidade que correm o risco de a asfixiar. Muitos deles, amam a sua cidade e a sua Universidade. Quem diz Coimbra, diz Universidade. Os doutores de Coimbra mantêm-se fiéis à *Alma Mater* e à sua “Académica”.

Os “Coimbrões” não nasceram em Coimbra. Anos e anos a fio vividos na cidade acabam, porém, por transformar a Lusa Atenas no grande espaço da vida de um homem ou de uma mulher. Mesmo quando estão longe - e com a maior parte deles isso acontece, pois o regaço da *urbe* é demasiado estreito para assegurar o pão a todos os seus filhos-biológicos ou adoptivos - respondem à chamada da *alma mater*.

Este leve bosquejo, que outra coisa não é senão uma intuição subjectiva e existencial de quem vive aqui há precisamente meio século, nada diz sobre a alma coimbrã. Supomos ter captado a forma telúrica e poética de estar dos coimbrinhas e dos coimbrões numa cerimónia *Honoris Causa* realizada há dois anos na Sala dos Capelos. Aí, inspirados na poesia-mais-que-perfeita de um grande poeta Libanês (Khalil Gibran), inventámos uma récita ao jeito de fontes das águas. Ao jeito da fonte das lágrimas! A história é, afinal, a marca da identidade Coimbrã:

“E a mulher Isabel de Aragão que escondia rosas no regaço do colo pediu ao poeta

- Fala-nos das flores em Coimbra, das rosas – rosa dos nossos milagres

E o Rei Dinis, semeando sementes nos livros sábios, pediu ao poeta

- Escreve canções com saber e sabor a cancionero

E a mulher Inês da Galiza que afagava os cabelos dos seus meninos pediu ao poeta

- Faz cantigas de amor e de amigo em Coimbra

O Rei João, primeiro do seu nome, e a conselho de outro João, - o “das Regras” – pediu ao poeta

- Faz das regras legitimadoras do meu título a canção do povo e das cortes em Coimbra

O Rei João, terceiro de seu nome, subiu o Mondego e pedi ao poeta

- Em sonetos e canções, de Sofia ao castelo, canta a Alma da Lusa Atenas

O Rei João, Magnânimo de cognome, beijou a sua Biblioteca e pediu ao poeta

- Escreve canções sobre as vozes do espírito

Rostos em capas pretas envoltos, de ontem, de agora e de amanhã pediram ao poeta

- Cantiga partindo-se na hora da partida, toca a serenata à noite com a benção da Sé Velha

Inconfidentes e resistentes confiam às suas almas o pedido para o poeta

- Canta a liberdade

Botânicos e Químicos, Médicos e Físicos, iluminados pelo lume
das reformas, pedem ao poeta

-acrescenta às tuas emoções a poesia dos corpos, dos números e
das coisas.

Coimbra – e quem diz Coimbra diz a sua Universidade – é tudo isto, mas não pode nem deve ser só isto. Reúne o melhor e o pior: a bondade de uma identidade cultural fortemente enraizada e o quietismo passadista ultraromântico. Eis o toque e o remoque para a continuação da conversa. O ponto de partida é este: há hoje uma nova questão coimbrã. Não de “bom senso” e de “bom gosto” A nossa cidade do Mondego já não tem agitação intelectual nem poderio comunicativo para radicalizar protestos e propor reformas. Mas de que questão se trata afinal? Apenas esta: Coimbra anda à procura de si própria. É uma *civitas permista*, confundida nos seus desígnios, que continua peregrinando nos tempos antigos. Uma verdadeira *civitas peregrina*. Auxiliemo-la nesta procura. O seu imenso e incomparável património imaterial obriga-nos ao tom e o dom desta fala.

§§ 2º

Coimbra “cidade-museu”, “Coimbra cidade do conhecimento”

A auto-estrada nº 1, nas cercaduras de Condeixa, há uns anos que vem alimentando um estranho mistério. Lembram-se uns de ter visto uma placa alusiva a Coimbra com os seguintes dizeres: “Coimbra, cidade-museu”. Hoje, possivelmente no mesmo sítio, existe uma tabuleta com a seguinte inscrição: “Coimbra- cidade do conhecimento”. Desconhecemos o autor da transmutação do átomo museológico em átomo de conhecimento. A variação tão rápida do ADN da nossa cidade não augura nada de bom. Desde logo, insinua a intranquilidade e a insustentável leveza da transmigração do corpo e do espírito da Alma Mater. Mas o que é dramático e quase trágico é que Coimbra corre o risco de não ser nem uma coisa nem outra, podendo ser as duas. Por outras palavras: Coimbra pode apresentar uma sequenciação significativa de elementos aptos a erigi-la em cidade com rico património museológico e em cidade com capacidade instalada de saberes indispensáveis à sua elevação a cidade de conhecimento. Esquecemo-nos, porém, de que no mundo das avaliações não são “cidades-museu” aquelas que dizem que são, mas apenas aquelas que conjugam o rico património acumulado no passado com os vectores culturais do presente. Mais grave ainda é o de proclamação em “cidade do conhecimento” quando lhe faltam actores, escalas, economia, redes e interacções indispensáveis à estruturação de uma sociedade de inovação e conhecimento.

Coimbra procura desesperadamente um arrimo qualificador. Para trás fica a “cidade-universitária”. Cidades com universidades há muitas. Aveiro, Braga, Vila Real, Covilhã, Évora, Faro são também cidades universitárias.

Não consta que se arrogue o privilégio do ambiente só porque tem um “parque verde” no Mondego e tenha liderado batalhas perdidas contra a “co-incineração”. Não é, pois, “cidade ecológica”. Desconhecemos esforços concentrados para a converter num local intensamente digitalizado de forma a candidatar-se a “cidade-digital”! Há uns anos ainda vislumbrou uma réstia de esperança como “cidade de serviços”. A opção era errada pela incontornável ligação dos serviços à função pública e apenas a esta. A opção é hoje insustentável perante a pluricização dos centros regionais e a extinção de serviços tradicionais. A opção continuará a ser errada se os “serviços” transportarem a dicotomia entre “público” e “privado” ou entre “Estado” e “sociedade civil”. Há uns anos atrás, aproveitou também a construção de um novo hospital universitário, onde existem serviços de excelência, para imediatamente se proclamar “cidade da saúde”. Uma elementar suspensão reflexiva quanto aos vectores da saúde bastará para pedir mais serenidade aos arrebatados coimbrões.

Este simples inventário não pretende ser um repertório de críticas à nossa cidade e aos seus actores. Pelo contrário. As incertezas quanto à política e ao governo de Coimbra só demonstram as dificuldades de transformações fundacionais no contexto de sistemas sociais complexos. A transferência das velhas capacidades (sobretudo da sua velha universidade) para dentro de novas lógicas organizatórias não se afigura fácil e não somos nós quem, desprovido de competência e de saber, está em condições de descobrir o caminho das novas configurações políticas, económicas e territoriais. De qualquer modo, servindo-nos dos estudos sociais recentes sobre dinâmicas territoriais, talvez seja adequada uma breve reflexão sobre os elementos constitutivos da lógica das mudanças e transformações. A primeira questão é a de saber como operar as das transferências das antigas “capacidades” para as novas lógicas organizatórias. Falar de transferência

de capacidades no contexto político-territorial coimbrão é problematizar o modo como as produções colectivas da universidade e dos estabelecimentos de ensino superior podem contribuir, hoje, para a formação de um sistema relacional muito diferente daquele que esteve na sua origem.

Se olharmos às críticas dirigidas a Coimbra, à sua universidade e às suas gentes facilmente verificamos que, em geral, elas enfatizam aquilo que poderemos chamar, na sequência de sugestões teóricas ultimamente avançadas, “capacidades” negativas. Lembram alguns que, historicamente, a Universidade de Coimbra sempre esteve contra a abertura e a concorrência de saberes. Defendeu enquanto pôde o seu monopólio. Opôs-se à criação das Escolas Superiores Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto. Opôs-se à criação das Universidades em Lisboa e no Porto. Sem qualquer entusiasmo, assistiu à criação de Universidades em Aveiro, Braga, Vila Real, Covilhã, Évora e Faro. À denúncia da “utilização da capacidade de bloqueio” acrescenta-se, hoje, de forma directa ou indirecta, o desprezo pelos seus saberes, as suas competências e a sua organização. Estas acusações provêm não apenas dos seus concorrentes directos mas também de sectores políticos e empresariais. A Lusa Atenas mais não seria do que uma torre habitada por sombras.

Coimbra encontra-se, na verdade, na encruzilhada. Começa por não se saber que cidade é ou pretende ser. Nunca foi uma grande cidade e, hoje, no terreno global, está cada vez mais longe da fronteira da “cidade-global”. O sentido de uma cidade passa pela chamada *produção de presença* sem a qual é difícil falar de cidadania cívica, económica e cultural. A produção de presença obriga a cidade a procurar a escala de uma ajustada estratégia económica e de uma adequada e atempada dinâmica política. É, precisamente, a presença que Coimbra deve reivindicar. A nosso ver, o

“complexo da falta de poder” e da falta de “coimbrinhas e coimbrões” nas mais altas instâncias de poder parece apontar para uma resignada impotência e assumida invisibilidade perante o poder central do Estado. E a própria cidadania coimbrã demora a posicionar-se auto-reflexivamente em face da transformação dos contextos micropolíticos, não obstante o esforço de alguns grupos e organizações (Conselho de cidade, organismos culturais). Produção de presença como? A esta pergunta a nossa resposta será esta: afirmar-se como cidade museu e cidade de inovação, conhecimento segundo os padrões cosmopolitas e internacionais. Vejamos como:

1) Coimbra – Cidade Museu

Todos conhecem – se não conhecem isso significa já um imperdoável défice de comunicação – que a Universidade de Coimbra consta de uma lista candidata à nomeação pela UNESCO como Património da Humanidade. Aqui está um *tipping point* capaz de contribuir decisivamente para a construção de capacidades segundo novas lógicas de organização. Uma cidade-museu, património da humanidade apela, em conformidade com os rigorosos padrões da UNESCO, para um complexo sistema social de bens imateriais incrustados nos lugares físicos da memória humana. É óbvio que, neste contexto, um sistema complexo não se constrói a partir de nada. E poucas cidades terão como Coimbra a aptidão estratégica de cidade museu. A Universidade de Coimbra tem já na sua posse estudos multidisciplinares destinados a fornecer o arrimo para uma candidatura vitoriosa. Todo o Pólo 1, passado quase meio século de ausência de investimentos, está à beira de uma radical transformação: do esartejado e desprezado Colégio da Trindade até ao imenso Colégio de Jesus, passando pela requalificação do Palácio dos Melos e do Convento de São Jerónimo, chegar-se-á a um conjunto museológico de categoria global. O museu de

antropologia, o museu da ciência – a que poderemos acrescentar o museu Machado de Castro em fase de acabamento de um processo de intervenção estruturante – colocarão a Lusa Atenas nas rotas obrigatórias do turismo cultural. Mas a ambição não deverá ficar por aí. A nosso ver, o edifício da cadeia Penitenciária seria o local adequado para um museu de cultura e da língua portuguesa. Bem perto deste edifício o Convento de Santana – “O Quartel” – ali está à espera de outro acontecimento culturalmente estruturante (Nova Biblioteca Central). É claro que este desafio precisa ainda da passagem para a outra margem através do Jardim Botânico e do Parque Verde do Mondego, da Ponte Pedro e Inês. A outra margem do Convento de Santa Clara-a-Velha, de Santa Clara-a-Nova, do Convento de São Francisco. Mas há outro imperativo categórico-cultural: o Parque de Santa Cruz é o caminho para os Colégios Universitários da rua da Sofia. É bem de ver que a cidade Museu Património da Humanidade será obra de várias gerações. Se o caminho se faz caminhando é estimulante a participar colectivamente no começo da marcha. Os passos poderão ser já adiantados:

1. Radicar definitivamente a candidatura Universidade de Coimbra – Património da Humanidade num *grande projecto nacional* que reclama a cumplicidade pública e inequívoca dos órgãos políticos nacionais.
2. Transformar o núcleo histórico Coimbrão no mais moderno expoente de *economia cultural* a nível do país.
3. Abrir decididamente este projecto à sociedade civil de forma a assegurar a sua própria sustentabilidade.

2) Coimbra: cidade do Conhecimento e da inovação

Mais difícil é erguer Coimbra a cidade do conhecimento e de inovação. Temos publicamente insistido na indispensabilidade de a Universidade de

Coimbra e outros estabelecimentos de ensino superior apostarem no modelo de universidade de investigação. Quanto a este ponto mais uma vez deixamos no contexto da publicidade crítica o alerta lançado há pouco tempo. Mas por que é que consideramos difícil lançar Coimbra na senda da Cidade do conhecimento e da inovação? O tópico de reflexão é o seguinte: Coimbra está ausente dos *pólos da competitividade*. Porter, o célebre economista dos *Clusters*, há muito que assinalou a necessidade estratégica de concentrar “esforços de reinvenção económica” nos sectores que beneficiam de conhecimentos adquiridos e se demonstram aptos a saltos qualitativos em termos de inovação e de conhecimento. A ideia de *pólos de competitividade* surge na sequência ou em articulação com a estratégia dos *Clusters*. Do que é que se trata?

Não é desconhecido que um pouco por toda a Europa se assiste à criação dos chamados *pólos de competitividade*. Dos “distritos italianos” às “redes de competência alemãs”, das “redes de negócio” (“business networks”) ou “mega-clusters” dinamarquesas até aos vizinhos “clusters regionais” da Galiza, do País Basco, a ideia básica é sempre esta: articulação, num determinado espaço geográfico territorial, de empresas, centros de formação, unidades de investigação públicas e privadas, comprometidas em dinâmicas de sinergia concentradas em projectos comuns de carácter inovador. É bom de ver que a política de “pólos de competitividade” também está a ser implementada em Portugal. Trata-se, no fundo, do regresso de uma política de desenvolvimento do Estado assente em vínculos reforçados e cooperações activas entre unidades industriais, centros de investigação e estruturas de formação, como objectivo de desenvolver programas de inovação e de conhecimento definidos e dirigidos em comum. Se preferirmos uma linguagem mais sonante e em moda, diríamos que se pretende estimular estrategicamente a

criação de “ecossistemas de crescimento”. Nestes ecossistemas torna-se visível que a evolução de “pólos de conhecimento” para “pólos de competitividade” pressupõe uma partilha radicalmente nova e inovadora dos recursos cognitivos. No plano económico-político, acredita-se mesmo que estes pólos assentes em investigação fundamental serão fundamentalmente (1) para manter um país nas fronteiras da frente da inovação e da tecnologia; (2) lutar contra a desindustrialização e deslocalização, sedimentando capacidades já existentes ou estimulando a incubação de novas empresas; (3) manter as competências tecnológicas das empresas num contexto de alta competitividade global.

Deve reconhecer-se que a política de reformas económicas governamentalmente induzida peca por falta de informação e de transparência. O apelo a projectos nacionais e respectivas candidaturas bem como à mobilização massiva e créditos pressupõe *escalas de transversalidade* que não se preparam de um dia para o outro.

Isto porque não sendo a escala um dado ela pressupõe uma dimensão interactiva; é uma estrutura geográfica de interacções sociais. Em segundo lugar, não é uma métrica neutral de espaço físico; pressupõe dimensões políticas e formas de acção concreta. Dizendo isto, a escola é uma produção construtivista, uma dimensão constitutiva da geometria do poder. Elas – as escalas - estão presentes na reconstrução do local. Cremos que Coimbra anda afastada destas preocupações escalares. E quem não compreenda este fenómeno de rescaling está em clara desvantagem perante as lógicas da “desterritorialização” e da “reterritorialização”.

Convocar serviços descentralizados e desconcentrados que não estão preparados para o desafio pressupõe a ideia de *governance multinível* implicadora do envolvimento sistemático de uma pluralidade de instâncias governativas em diversos níveis territoriais.

§§ 3º

O que é necessário: confiança na cidade

No título anunciado na imprensa sobre esta nossa conversa insinuámos que Coimbra talvez seja hoje um lugar de desencanto. Creio que o sentido destas intervenções cívicas é precisamente o inverso. Na verdade, qualquer discussão, conversa, fala, debate sobre o Estado, a República, a cidade, deve partir de um pressuposto ou, se se preferir, de uma pré-condição: evitar e combater o discurso do “desencanto”, da “des-esperança”, do “nihilismo crítico”. Os “Coimbrinhas”, os “Coimbrões”, os cidadãos devem, sim, combater a crise de confiança, tal como acontece com outras crises (“crise do Estado”, “crise da Nação”, “crise dos partidos”). Verifica-se que a “crise de Coimbra” já faz parte de relatórios, de memórias, de propostas, de programas partidários, de teses sociológicas, de “manifestos” que, em geral, acabam nos arquivos. Ora, a aproximação à crise da cidade só tem interesse se tivermos em conta que a crise se reconduz basicamente à fractura existente entre os esquemas políticos, administrativos e económicos tradicionais do funcionamento das suas instituições e a dinâmica social, económica e cultural da sociedade. Precisamente por isso, peço-vos que me permitam fazer algumas propostas concretas, que, de resto, já começaram a ser divulgadas pelos órgãos de informação.

1. Ultrapassar debates doutrinários exclusivamente ideológicos

A “questão coimbrã” deve ter em conta o senso comum do cidadão – contribuinte – cliente – utente – consumidor que vive neste território. Este cidadão não compreenderá, hoje, um debate exclusivamente ideológico que se reconduza a discursos antagónicos: (1) o *discurso liberal*, esvaziador das tarefas do Estado, claramente defensor das

privatizações dos serviços públicos em quase todos os domínios (educação, saúde, segurança social); (2) o *discurso estatalista comparativo* firmemente aferrado à compreensão prestacional do Estado e aos direitos adquiridos. Ambos os discursos, sabemos-lo hoje, transportam pecados originais. O discurso liberal hipertrofia a redução da despesa e a simplificação das regras, daí deduzindo automaticamente a solução dos problemas das tarefas do Estado. Por sua vez, o discurso estatalista-corporatista exige sempre mais meios, considerando como corolário que para governar melhor é preciso aumentar sempre a despesa.

Um dos problemas de Coimbra é, por um lado, a sobrevivência do discurso estatalista-corporativista no sentido mais conservador e mais estatalizante. Ele está subjacente à ideia de uma “cidade de serviços” sustentada por uma “cidade de estudantes” e de funcionários públicos. O discurso liberal, esse não tem ainda sociedade civil e empresarial suficientemente robusta para lhe fornecer o húmus frutificador. Se queremos reabilitar a publicidade crítica e a própria política e os políticos parece claro que devemos compreender o reconhecimento de legitimações plurais na discussão e definição das linhas políticas (partidos, militantes, igrejas, organizações sindicais, associações empresariais, profissões liberais, organizações não governamentais, associações culturais).

2. *Resolver a crise: a cidade precisa da cidade e da Universidade* (estabelecimentos de ensino superior)

Os dois discursos a que nos referimos apontam para dois modos diferentes de governar a cidade. Um pretende a aproximação à *good governance* privada. Outro pretende manter as estruturas *burocráticas*

tradicionais. Podem uma Câmara, uma Universidade, os serviços desconcentrados ser geridos como empresas? A resposta, de forma clara e inequívoca, é *não*. Os fins e as tarefas das políticas públicas não têm equivalência no mundo empresarial: coesão social, desenvolvimento sustentado, segurança, justiça e defesa. Qualquer exigência de melhor gestão pública não significa confundir gestão pública e gestão privada. A gestão privada assenta em lógicas empresariais: aumentar o capital investido, otimizar custos-benefícios, procurar aumentar os consumidores, operar na bolsa. A gestão pública diz respeito a funções colectivas mais específicas com decisões políticas e politico-financeiras com teleologia intrínseca muito diferente das soluções empresariais. Isto não quer dizer que a gestão pública possa ficar indiferente a determinados desafios há muito compreendidos pela gestão privada. O Estado, os seus serviços, a sua administração são colocados sob pressões de evolução internacional, não podendo fazer abstracção da mobilidade crescente dos factores de produção, dos capitais privados e da informação. Todos estes factores são indispensáveis à sociedade de informação, inovação e conhecimento.

§§ 4º

Coimbra uma “cidade de excelências”

A palavra “excelência” parece ser hoje o “passpartout” para a inovação e conhecimento. É utilizada nos sectores privados e passa a ser importada para o sector público (“excelência clínica”, “excelência de transportes públicos”, “excelência do ensino”). Excelência escreve-se agora comum e minúsculo. Significa, muito simplesmente, “muito bem”, “elevar-se acima de”, “ser superior a”. Hoje escreveremos: ser excelente e ter excelência pressupõe *benchmarking*, competitividade, inovação. Este é o mote para as considerações finais da nossa conversa. Coimbra não precisa de adjectivos sedutores ou enganosos. Deve impor-se, sim, como cidade em que o tradicional Cluster – ensino superior – tem de ser excelente, mas também como cidade onde começam a despontar empresas globalmente certificadas como excelentes (Critical Software). Se o desafio é o da excelência esta distribui-se, espalha-se, entranha-se nas actividades plurais da urbe. A pergunta é então esta: o que é que, como cidadão desta cidade, estamos aqui a fazer há cinquenta anos? Tentamos contribuir para uma universidade com excelência no campo da justiça e do direito. O que é que se propõe neste campo? Em primeiro lugar, devemos salientar que Coimbra já tem instituições de excelência neste específico domínio. A Biblioteca da Faculdade de Direito foi considerada há alguns anos como a quinta melhor biblioteca jurídica no Mundo. Hoje não o é. Faltam-lhe infraestruturas físicas, espólio actualizado, digitalização, serviços adequados. Mas o projecto da nova biblioteca, de autoria de Siza Vieira, a instalar no Palácio dos Melos, poderá ser o ponto de partida para um serviço de excelência, competitivo e inovador. Na Faculdade de Economia funciona o

observatório da Justiça. Na Faculdade de Direito está agora o observatório da adopção. Na Faculdade de Medicina desenvolveu-se o Instituto Nacional de Medicina Legal. No momento actual estamos coordenando a equipa dinamizadora do Tribunal Universitário Judicial Europeu. Na cidade de Coimbra estão instaladas há muitos anos as duas empresas editoriais que dominam o *ranking* da indústria livreira no sector jurídico (Coimbra Editora e Livraria Almedina). Está projectada uma nova cidade judiciária para a cidade do Mondego.

Há poucos dias, numa apresentação do Projecto Universidade de Coimbra Património da Humanidade, o Doutor António Pimentel lançou o rasto da importância do direito na definição da identidade nacional. Sem João das Regras, da arte retórica dos juristas e das cortes de Coimbra, do Colégio de São Francisco, a história de Portugal talvez tivesse sido muito diferente. Aqui está o bordão do combate: história, capacidade instalada, serviços, empresas. O que faz falta: empenho, compromisso cívico, profissional e empresarial. Assim, haverá como politismo na Universidade, na cidade e na região.